

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.254.451 - SP (2018/0041210-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

AGRAVANTE : MARIA CRISTINA SILVA

ADVOGADOS : ANDRÉ SALVADOR ÁVILA E OUTRO(S) - SP187183

EDMILSON JANUÁRIO DE OLIVEIRA - SP217602

ANDRÉ LUIZ NUNES SIQUEIRA - SP231022

AGRAVADO : SALUS SERVIÇOS URBANOS E EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP

AGRAVADO : OSVALDO VIEIRA CORRÊA

ADVOGADOS : VANESKA GOMES E OUTRO(S) - SP148483

THIAGO BRUNELLI FERRAREZI - SP296572

ROBERTO DEL ROY JÚNIOR - SP286336

INTERES. : JOSÉ LUIZ BETELLI

INTERES. : ERNESTO LUIZ BETELLI

INTERES. : MARCOS JOSE BETELLI

INTERES. : TEREZA CRISTINA BETELLI PICCOLO

INTERES. : JUSSARA RODRIGUES MENDES BETELLI

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos de MARIA CRISTINA SILVA, objetivando a reforma da decisão de inadmissão do recurso interposto perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em face de acórdão assim ementado (e-STJ fl. 1.025):

AÇÃO DE COBRANÇA - REEMBOLSO DE INDENIZAÇÃO PAGA NOUTRA DEMANDA - Procedência - Irresignação da vencida - PRESCRIÇÃO - Pretensão de aplicação do prazo trienal do art. 206, § 3º, inciso V do CC - Descabimento - Hipótese de responsabilidade contratual - Aplicação do prazo decenal previsto no art. 205 do CC - Lapso prescricional não verificado.

REEMBOLSO - Devolução dos valores pagos pelos autores em ação de indenização por acidente de trabalho movida contra a sociedade autora - Alegação de que o valor pretendido é de responsabilidade dos requerentes - Desacolhimento - O contrato de cessão das cotas sociais da empresa autora firmado entre as partes prevê expressamente que toda e qualquer dívida não prevista no relatório que integrou o contrato seria de responsabilidade dos cedentes, ora réus - Demanda indenizatória que já existia na celebração do negócio, mas não foi indicada no relatório referido - Reembolso devido, sendo irrelevante que na assinatura do contrato não houvesse condenação proferida - Cedentes que tinham ciência da possível obrigação - Conduta omissiva fere a boa-fé objetiva inerente aos contratos - Aplicação, na hipótese, do art. 252 do Regimento Interno

Superior Tribunal de Justiça

deste Tribunal - Desnecessária a repetição dos adequados fundamentos expendidos pela sentença, que ficam ratificados -
Decisão mantida - RECURSO DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fls. 1.039/1.041).

Sustenta estarem presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso especial (e-STJ fls. 1.086/1.104).

Com contraminuta (e-STJ fls. 1.107/1.114), os autos foram encaminhados a esta Corte.

No recurso especial, fundado no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, a parte recorrente aponta violação aos artigos 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015; 85, 159, 1.521, III, e 1.522 do Código Civil de 1916; e 206, § 3º, V, do Código Civil de 2002

Aduz ter havido omissões e ausência de fundamentação na decisão recorrida, relativamente a questões relevantes para o deslinde da causa, pois, a despeito da oposição dos embargos de declaração, o Colegiado local deixou de se manifestar acerca da ausência de responsabilidade contratual da parte ora recorrente no ressarcimento pleiteado pelos recorridos, visto que "[...] *não pode ser condenada a pagar dívida e ou passivo pelo qual, contratualmente, não se responsabilizou [...]*" (e-STJ fl. 1.050).

Alega que "[...] o prazo prescricional alusivo a pretensão deduzida pelos Recorridos nestes autos, não é o do artigo 205 do Código Civil, ou seja, de 10 (dez) anos [...]", pois "[...] *esta suposta responsabilidade não é contratual, já que a Salus não é cedente tampouco cessionária do instrumento de fls. 23/30, na realidade, esta pessoa jurídica teve suas quotas sociais negociadas pelos réus e a Recorrente junto ao Recorrido Osvaldo e ao Sr. Domingos Rosolia Neto, de sorte que a suposta responsabilidade civil neste caso e perante a empresa Salus é aquiliana, já que foi a Recorrida Salus quem fez o depósito judicial de fl. 218 e é ela a Ré na ação que tramita sob n.º 850/1993 perante a 5.ª Vara Cível de Jundiaí [...]*" (e-STJ fls. 1.055/1.056).

Afirma que "[...] *para que a Recorrente respondesse por toda e qualquer dívida ou despesa, era pressuposto desta responsabilidade contratual que esta dívida ou*

Superior Tribunal de Justiça

despesa existisse em 31 de agosto de 1994, data da assinatura do instrumento de fls. 23/30, ou na segunda hipótese que esta dívida ou despesa não estivesse prevista no relatório elaborado pelo Sr. Consultor e juntado parcialmente às fls. 32/34 [...]" (e-STJ fl. 1.059).

Argumenta, ainda, que "[...] é a sociedade empresária e Recorrida Salus quem deve exclusivamente responder por ações desta natureza, pois, dotada de personalidade jurídica própria e na qualidade de empregadora do autor da ação indenizatória sob n.º 850/1993 é dela a obrigação legal de responder civilmente por dano causado àquele [...]" (e-STJ fl. 1.063).

Com contrarrazões (e-STJ fls. 1.069/1.080).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em 9.3.2016 – Enunciado Administrativo n. 3 –, o regime de recurso será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Assiste razão à agravante.

De início, o Colegiado local assim se manifestou nos embargos de declaração opostos pela parte ora recorrente (e-STJ fls. 1.040/1.041):

[...]

Verifico que não há no acórdão qualquer dos vícios apontados no artigo 1.022, do Código de Processo Civil de 2015, hoje vigente e aplicável, correspondente ao anterior artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973, que possa viabilizar o acolhimento destes embargos.

Omissão ou obscuridade alguma há a ser sanada, porquanto a responsabilidade da embargante pelo reembolso pretendido pela autora encontra amparo no contrato firmado entre as partes, devidamente analisado pelo acórdão. As questões suscitadas pela embargante encontram fácil resposta na leitura da fundamentação do acórdão e da própria ementa.

Na verdade, é evidente o inconformismo da embargante com o que foi decidido no julgamento, pretendendo que a Turma Julgadora reaprecie questões relativas ao mérito da demanda, visando à reforma da decisão, sem que haja fundamento para tanto.

Se a embargante não concorda com o posicionamento exarado, os embargos de declaração não são o remédio jurídico adequado para

Superior Tribunal de Justiça

modificá-lo.

Assim, não se vislumbram os vícios ensejadores da oposição *sub examen*, mas apenas o frontal desacordo da parte quanto à interpretação dada aos fatos, razão pela qual, pelo meu voto, ficam rejeitados os embargos de declaração.

[...]

Verifico que procede a alegação de violação aos artigos 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015, quanto à omissão do Tribunal de origem acerca das matérias suscitadas nos embargos de declaração de fls. 1.033/1.036 (e-STJ), tendo em vista que o Colegiado estadual, instado a se pronunciar sobre os temas ali ventilados, os quais são essenciais ao deslinde da controvérsia, não os enfrentou de forma suficiente e fundamentada.

Dessa forma, considerando que não cabe a esta Corte Superior reexaminar fatos e provas, tampouco se pronunciar sobre matérias não prequestionadas, verifico que a questão deve ser analisada pelo Tribunal de origem.

Cabe ressaltar que, nesses casos, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça preconiza o retorno dos autos ao Colegiado estadual para novo exame dos embargos de declaração.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO CONFIGURADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA QUE SE PRONUNCIE SOBRE AS QUESTÕES ESSENCIAIS AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. INOVAÇÃO RECURSAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, conforme dispõe o art. 535, I e II, do CPC.

2. O Tribunal *a quo*, a despeito da oposição de embargos declaratórios, deixou de emitir juízo de valor especificamente sobre questão federal suscitada nos autos e relevante para o deslinde da controvérsia. Necessária a anulação do acórdão dos embargos de declaração, para que outro seja proferido, com expresse julgamento da questão assinalada. Ausência de inovação recursal.

Superior Tribunal de Justiça

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp n. 782.987/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 26/2/2016).

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE VIDA. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015 CONFIGURADA. ACÓRDÃO ESTADUAL OMISSO QUANTO A PONTO ESSENCIAL AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Decisão atacada que deu provimento ao recurso especial da parte ora agravada para, reconhecendo violação ao art. 1.022 do CPC/2015, anular o acórdão que julgou os aclaratórios e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para novo julgamento dos embargos de declaração, como entender de direito, sanando a omissão reconhecida.

2. Fica configurada a ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o Tribunal *a quo*, apesar de devidamente provocado nos embargos de declaração, não se manifesta sobre tema essencial ao deslinde da controvérsia.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp n. 1.754.832/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 28/3/2019, DJe 11/4/2019).

Desse modo, a análise das demais teses aventadas no recurso especial fica, portanto, prejudicada.

Em face do exposto, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos para novo exame dos embargos declaratórios, devendo o Tribunal de origem deliberar sobre a omissão apontada.

Intimem-se.

Brasília, DF, 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora